

1

Ambivalências do individualismo

Somos individualistas, ninguém o duvida. Mas isso é bom ou mau? Durante séculos, o pensamento preocupou-se em demonstrar que o indivíduo é e deve ser soberano: sujeito de um conhecimento que deve saber aplicar correctamente, sujeito definitivamente responsável e juiz das suas acções. A consciência talvez seja uma construção social, mas tem uma entidade pessoal intransferível, capaz de se distanciar do social para o criticar e avaliar. Há já algum tempo que a ética se desenvolve em torno de direitos fundamentais que são, em última análise, direitos individuais, e dos quais o primeiro é a liberdade. Por outro lado, não há ética sem autonomia, sem a consciência do sujeito moral da sua capacidade para criar ou aceitar livremente as suas normas de conduta. De acordo com os princípios éticos mais consolidados, não pode ser em absoluto mau pedir ao indivíduo que o seja de facto, que não deserte da sua liberdade nem renuncie ao dom, estritamente humano, de fazer da sua vida um projecto criativo. Não só não se pode rechaçar a concepção individualista da pessoa: é uma condição e um dever do sujeito moral manter a sua individualidade a salvo de intromissões ilegítimas; é uma condi-

ção e um dever do sujeito moral gostar de si próprio: não desprezar a própria valia, antes extrair dela o máximo rendimento.

Mas essa é a linguagem dos filósofos. Na linguagem de todos os dias falamos do individualismo em termos muito diferentes. O individualismo é, para nós, a anti-ideologia, o maior obstáculo para criar e apostar em empreendimentos ou ideais comuns. São individualistas os membros das sociedades liberais avançadas, porque se mostram insolidários, insensíveis em relação às desigualdades, sem qualquer interesse pelos assuntos públicos. O seu egoísmo, a sua escassa cidadania, o seu descuido em relação ao meio ambiente, a sua voluntária ignorância da justiça social evidenciam-se perante qualquer propósito que exija uma preocupação comunitária. Não apenas são individualistas os simples cidadãos que andam despreocupados: também o político o é na medida em que a sua profissão deixou de ser um claro serviço público, para ser um serviço dos interesses de um partido ou de uma classe profissionalizada. E são individualistas sociedades inteiras, precisamente as mais desenvolvidas, que são, por sua vez, as mais indiferentes às misérias daqueles que vivem pior: os países ricos ignoram os pobres, aqueles que têm assegurado o seu bem-estar despreocupam-se facilmente do bem-estar dos outros. O que causa preocupação não é tanto o indivíduo fechado em si e autocomplacente, mas os individualismos colectivistas e tribais cuja única expectativa é a perpetuação do grupo. Seja como for, a mónada leibniziana, que não tinha janelas para assomar ao exterior, é o modelo que melhor se adapta aos nossos cenários.

O panorama é desmoralizador e triste. Numa perspectiva individualista, a humanidade parece empenhada na sua extinção como tal, tão escassas são as manifestações de autêntica humanidade e dignidade. Existem, sem dúvida, mulheres e homens que cumprem satisfatoriamente o papel que lhes foi dado viver, não são más pessoas, mas poucas vezes — talvez só perante situações limite como a morte — fazem o esforço de se distanciar do seu cenário específico e envolver-se no

seio de uma circunstância um pouco mais ampla. Mais além do círculo familiar ou profissional, mais além do círculo de amigos e dos círculos lúdicos ou culturais, há outras realidades que deveriam pelo menos excitar a curiosidade de qualquer ser humano. Um mundo tão comunicacional como o nosso deveria ter interesses mais dispersos. Individualismo significa atomização, fechamento na esfera privada e desafecto em relação ao público. E com isso, a democracia vê-se ameaçada nas suas próprias bases. Não ignoramos que as coisas são assim, mas faltam-nos ideias e, sem dúvida, vontade para corrigir esses dados. No que se refere aos filósofos, enquanto uns propõem o regresso a formas de vida comunitárias não de todo claras, ideais que pretendem recuperar algo tão longínquo para nós como a comunidade política grega, outros continuam a construir grandes teorias éticas como se nada tivesse deixado de funcionar e servisse de alguma coisa falar de justiça.

Existe um horizonte ético construído na base das grandes ideias de valor universal, mas a linguagem que o descreve é confusa. A falsa exactidão dos conceitos valorativos encobre uma realidade plena de contradições. Assim, o discurso ético é refutado muitas vezes como um discurso hipócrita, tecido com palavras cujo sentido teórico fica muito longe do significado real. Pensemos na expressão «democracia liberal», atribuída à maior parte dos nossos sistemas políticos. Nenhum desses dois termos é refutável por si mesmo. Mas, de facto, a união de «democracia» e «liberal» acaba por ser contraditória. Porque «liberal» não veio a significar a defesa ou a concretização dos valores liberais — das liberdades individuais ratificadas pelas declarações de direitos ou as constituições —, e os valores liberais degeneraram em «liberalismo». E o liberalismo, fundamentalmente o económico — que é em última análise o que nos serve de modelo —, dizemos que é «selvagem»: não se preocupa com o facto de uns serem realmente mais livres do que outros, parece não dar conta de que o uso da liberdade não pode ser o mesmo para todos os indivíduos enquanto se verificarem desigualdades radicais entre

eles. O mercado em si também não é mau: simplesmente não distribui bem, com justiça, os bens que produz. A defesa teórica dos valores liberais assentava, precisamente, na igualdade, essa «igualdade de todos os homens» predicada como lei natural e que, bem entendida e realizada, seria a única base sólida da democracia. Que significa, se não é assim, a soberania do povo? Que se deve entender por «representação democrática» — algo muito menos ambicioso do que a «soberania do povo» —, se não assumirmos que o sufrágio universal deve realizar-se em condições de igualdade? Existe realmente a igualdade política nos países democráticos? Não há, pois, marginalizados? E se os há — ciganos, imigrantes, desempregados, pensionistas, toxicodependentes, inválidos —, pode dizer-se que estes votam, quando o fazem, em igualdade de condições em relação aos seres «normais»? A expressão «democracia liberal» contém uma contradição: enquanto a igualdade for tão insuficiente não poderá falar-se de liberdade generalizada.

Claro que dizemos que esta democracia contraditória é preferível à pura ditadura. Já sabemos, além disso, que a democracia não é perfeita, que é uma utopia de que, no melhor dos casos, só nos iremos aproximando. Mas a aproximação supõe a consciência dos obstáculos que existem à realização da democracia, a consciência das contradições entre o discurso teórico e o prático, a consciência dessa dupla moral que range devido à sua hipocrisia. A cada passo tropeçamos com contrastes mal resolvidos. Para que os nossos ideais possam ser mais credíveis, tudo se deveria passar de outro modo: a política, o trabalho, os meios de comunicação, os nacionalismos, a cultura. Os referentes reais de cada uma destas palavras não costumam dar a dimensão que o conceito pressagia. Não chamamos política àquilo que os políticos fazem? O trabalho humaniza-nos realmente? Os meios de comunicação devem servir para aquilo que estão a servir? O que é a cultura? Devem celebrar-se os nacionalismos? A racionalidade económica permite-nos ser razoavelmente humanos? Não é que contrastemos a realidade actual com uma realidade pre-

térta melhor. A realidade foi sempre insatisfatória. É a linguagem que nos engana e nos remete para harmonias impossíveis ou alimenta esperanças infundadas. São as palavras que nos confundem ou é a sociedade que é realmente dual: o que é válido e aceitável nuns casos não o é noutros. Não há significados universais.

Começemos pela política. Ninguém acredita nela, excepto os que a fazem. Os políticos são os primeiros a lamentar o descrédito em que se encontram. Descrédito inaceitável, asseguram-nos, se reconhecemos, como deveria ser, que é impossível prescindir dos seus serviços. Necessitamos, desde logo, que o público se organize e se administre, que alguém gira o que deveria ser de todos, que os bens sejam protegidos e distribuídos de acordo com critérios justos e racionais. Acontece, no entanto, que os desacordos são imensos. Começamos por não estar de acordo com aquilo que deve ser o âmbito da política, o que é que deve ser administrado politicamente, até onde é lícita a ingerência do estado, o que é que deve ser considerado como coisa de todos, *res publica*: quais são os conflitos mais urgentes, quais os interesses generalizáveis, que problemas deveríamos considerar comuns. Como a acção política não pode esperar e as incertezas constituem impedimento sério para a tomada de decisões, a política fez da eficácia o seu primeiro objectivo e privatizou-se, converteu-se em assunto de poucas pessoas. É natural que assim seja numa democracia onde os políticos têm de ganhar os seus eleitores demonstrando-lhes que fazem coisas. A participação dos cidadãos só é imprescindível porque é necessário cumprir o requisito formal do voto e eleger os governantes. No resto, a participação só atrasa as decisões e lhes retira operatividade e eficiência. É duvidoso que contribua para o funcionamento efectivo da democracia.

A actividade que ocupa mais tempo e um tempo mais intenso na vida de um indivíduo é o trabalho profissional. O direito ao trabalho é um dos direitos fundamentais. Sem trabalho nenhum indivíduo pode aspirar a ser nada. Sem trabalho não há reconhecimento social que é, por sua vez, a base do